



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.04.02.p67-79>

## **A política como assunto dos estudos em teologia pública: aportes na relação entre religião e espaço público à luz da tipologia de teologias políticas de Boaventura de Sousa Santos**

*Politics as an issue for public theology studies: contributions on the relationship between religion and public space in the horizon of Boaventura de Sousa Santos' political theologies typology*

Jefferson Zeferino\*

### **Resumo**

A religião se consolidou categoria importante para a avaliação do campo político no Brasil, tornando-se relevante o acesso a este fenômeno pelas distintas miradas oriundas dos estudos da religião, a teologia inclusa. Nesse sentido, por meio de análise bibliográfica, o presente texto objetiva demonstrar a pertinência da correlação entre teologia política e teologia pública na análise sócio-política. O que se desdobra em duas partes: a primeira apresenta a tipologia de teologias políticas proposta por Boaventura de Sousa Santos; a segunda avalia textos mapeados entre os estudos em teologia pública e correlatos que revelam continuidades na identificação de posturas totalizantes ligadas à religião no espaço público. Reconhece-se o mérito do trabalho conceitual de Santos ao identificar a tensão entre modelos teológicos de apoio a poderes hegemônico-coloniais e modelos teológicos de crítica que expressam o que pode ser considerado como profético – dinâmica que se move entre a denúncia das injustiças e o anúncio da esperança de uma vida melhor para as pessoas e populações historicamente inferiorizadas. Do mesmo modo, a teologia pública aqui proposta conjuga um momento crítico-analítico para o qual a teologia política se mostra importante parceira, nesse passo metodológico se detectam os discursos teológicos no espaço público e suas pretensões de sentido e verdade; e um momento crítico-propositivo que assume uma dupla tarefa de reação teológica às narrativas totalizante-exclusivistas, bem como de resgate e imaginação teológica de narrativas outras.

**Palavras chave:** Teologia Pública. Teologia Política. Religião. Espaço Público. Boaventura de Sousa Santos.

---

\* Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES). Doutor em Teologia pela mesma instituição. O texto aqui apresentado é oriundo de pesquisa doutoral que contou com apoio da CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5376-4587>. Contato: jefferson.zeferino@hotmail.com.



## **Abstract**

*Religion is now a consolidated category to evaluate Brazilian political field, becoming relevant the approach to this phenomenon through many different views in the religious studies, theology included. By a bibliographical analysis this text aims to demonstrate the pertinence on the relationship between political theology and public theology in sociohistorical analysis. This objective unfolds into two moments: the first one presents Boaventura de Sousa Santos' political theologies typology; the second one reads some texts that were mapped under the public theology studies that reveal continuities in the identification of totalizing stances regarding religion in the public space. The work recognizes Santos' merit in conceptualizing the tension between theological models that support hegemonic-colonial powers and the theological models that criticize the former ones, expressing what may be considered as prophetic – a dynamics that congregates injustices denunciations and the notice of a better possible life to persons and peoples who has been historically undermined. So, the public theology here proposed runs two different and complementary moments: one critical-analytical to which political theology is an important dialogue partner, this methodological step verifies theological discourses in the public space and its claims for truth and meaning; and another moment that is critical-propositional that develops the double-task to criticize totalizing and exclusive narratives, as well as rescuing and imagining other theological narratives.*

**Keywords:** *Public Theology. Political Theology. Religion. Public Space. Boaventura de Sousa Santos.*

## Introdução

As relações entre teologia e sociedade são investigadas por meio de categorias e pontos de partida variados. Nas últimas duas décadas, consolidou-se no contexto brasileiro a nomenclatura *teologia pública*, contando com mais de quinhentos textos em diferentes formatos nesse período (textos em anais de congressos, livros, capítulos de livros, artigos, dissertações e teses)<sup>1</sup>. Como resultado deste mapeamento<sup>2</sup>, detectou-se uma pluralidade de métodos e abordagens, diante da qual optamos por falar da teologia pública como um campo de estudos (ZEFERINO, 2020, p. 164-165). Nesse sentido, há várias formas de se fazer teologia pública.

Dois principais características que se destacam no material analisado são as seguintes:

1. A teologia pública se ocupa do estudo da teologia na universidade e de seu discurso nesse âmbito a partir de critérios públicos de argumentação.
2. As investigações das relações entre teologia/religião e espaço público representam a grande maioria dos estudos nesta área.

Uma primeira pergunta que vem a mente em relação a este campo de estudos é acerca de sua relação com as teologias políticas várias produzidas ao redor do mundo. Certamente, se pode apontar para a influência de autores e autoras do norte global como David Tracy, Dorothee Sölle, Jürgen Moltmann, para nomear alguns. No contexto latino-americano, contudo, destacamos ainda que, na esteira da grande tradição de teologias da libertação, qualquer pensamento que queira se colocar de modo propositivo nesse continente age de maneira adequada ao considerar aquela tradição dialogicamente. Pulsa do sul global a exigência de um modo profético de formulação teológica, isto é, de uma tarefa teórica que se move entre a denúncia das injustiças e o anúncio esperançoso de um mundo melhor, sobretudo para aquelas pessoas e populações historicamente inferiorizadas. A teologia pública aqui proposta, portanto, também se ocupa com essa dinâmica entre denúncia e anúncio naquilo que compreendemos, respectivamente, como um polo crítico-analítico de identificação e análise dos discursos teológicos presentes no espaço público; e outro crítico-propositivo como reação teológica à formas teológicas exclusivistas e legitimadoras de violências, bem como de imaginação esperançosa de narrativas outras.

Isto posto, objetiva-se apresentar a relevância da correlação entre teologia política e teologia pública por meio da tematização da política no conjunto de textos relacionados aos estudos em teologia pública, como também a partir da tipologia de teologias políticas conforme proposta por Boaventura de Sousa Santos.

---

<sup>1</sup> Para uma visão geral deste mapeamento ver: *Karl Barth e teologia pública: contribuições ao discurso teológico público na relação entre clássicos teológicos e res publica no horizonte da teologia da cidadania* (ZEFERINO, 2018, p. 18-52).

<sup>2</sup> O critério da busca foi a ocorrência do termo *teologia pública* (*theologia publica*), bem como o levantamento de textos publicados em coletâneas dedicadas à teologia pública e ainda em obras bastante próximas à temática como os livros oriundos dos congressos da SOTER e da ANPTECRE que englobaram o assunto dentro da discussão mais ampla sobre religião e espaço público. O processo de catalogação, por sua vez, se deu por meio da identificação dos principais aspectos tratados por cada texto, esse primeiro passo permitiu uma organização por palavras-chave, as quais, na sequência, foram agrupadas por tema. Cabe a ressalva da possibilidade de que alguns textos não apresentem a ocorrência do termo, bem como há outras obras que o citam de modo marginal. Isto é verdadeiro nos textos escolhidos para observação no presente artigo, que são sintetizados na palavra-chave religião e política/religião politizada, uma vez que, daqueles, apenas um aponta a teologia pública como conceito referencial para seu desenvolvimento. Ainda assim, qualificam-se enquanto amostra de abordagens sobre religião e política em relação, mesmo que tangencial, com o campo de estudos em teologia pública.

## Características de teologias políticas

Assim como no campo da teologia pública, também no contexto da teologia política se reconhece uma pluralidade de abordagens e conceitos<sup>3</sup>. De modo sintético, Barros elabora o seguinte:

A teologia política na contemporaneidade adquire diversas definições. A polissemia da noção permite que a tomemos como um conceito, como uma disciplina de estudos, ou mesmo um campo de estudos sobre a relação entre espaço público e religião. Em geral, as variações do estatuto da teologia política estão diretamente associadas à perspectiva assumida pelos que se envolvem com o assunto. Em todos os casos, os interesses dos que se envolvem com o tema se desdobram sobre o estudo e a compreensão da influência, da importância e do lugar que ocupa a religião no espaço público, e, em sentido amplo, sobre a relação entre religião e política (BARROS, 2019, p. 312)<sup>4</sup>.

Aquilo que Barros chama de interesse dos pesquisadores nos estudos em teologia política pode ser exemplificado na distinção entre a teologia política feita por Johan Baptist Metz ou Jürgen Moltmann<sup>5</sup> daquela feita por Giorgio Agamben<sup>6</sup>. Os dois primeiros são cristãos e pensam a realidade política de modo crítico, mas no horizonte de uma abordagem da tradição cristã em sua relação com a coisa política. O filósofo, por sua vez, detecta o pano de fundo teológico das estruturas políticas que entretecem o tecido social e político no Ocidente.

Barros também identifica uma coincidência entre o modo de atuação política de grupos religiosos com uma concepção teológica do político:

Se uma posição política, como em Schmitt, pode estar alicerçada em uma teologia política, ousamos dizer que certos posicionamentos políticos que se manifestam contemporaneamente e que se localizam no entrecruzamento da política com a religião mantêm estreita ligação com esta última acepção da teologia política. Embora eles se manifestem em contexto democrático, observa-se em certas condutas a oposição aos princípios políticos sobre os quais se assentam tal ordenamento, assim como se colocam frontalmente contrários ao fato de o Estado e suas instituições se mostrarem neutros em relação a doutrinas englobantes, a saber, concepções metafísicas e teológicas do mundo (BARROS, 2019, p. 316)<sup>7</sup>.

Essa relação entre teologias políticas e grupos religiosos está também no pano de fundo da tipologia de teologias políticas proposta por Boaventura de Sousa Santos em *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. Como o título de sua obra evidencia, para se fazer jus a proposta deste autor, é necessário localizá-la no âmbito das pesquisas em direitos humanos:

Neste livro centro-me nos desafios aos direitos humanos quando confrontados com os movimentos que reivindicam a presença da religião na esfera pública. Estes movimentos,

---

<sup>3</sup> Uma abordagem acerca da polissemia do conceito de teologia política está presente no texto *Atuação teológico-política exclusivista: confrontos em torno de direitos e religião no Brasil contemporâneo* (BARROS, 2019, p. 312-316).

<sup>4</sup> Nas páginas seguintes de seu texto o autor apresenta conceitos e definições de teologia política a partir de autores como Vincent Lloyd, David Newheiser, Martin Kavka e Carl Schmitt.

<sup>5</sup> Sobre os desenvolvimentos da teologia política dentro do fazer teológico cristão no século passado ver o capítulo dedicado ao tema por Gibellini (2012, p. 301-321) em sua obra sobre a teologia do século XX.

<sup>6</sup> Sobretudo a partir de seu projeto *homo sacer*, ver: *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. (AGAMBEN, 2002).

<sup>7</sup> Para um maior delineamento acerca das características desse tipo de posicionamento teológico político, ver as páginas seguintes do texto já citado de Barros.

crescentemente globalizados, e as teologias políticas que os sustentam constituem uma gramática de defesa da dignidade humana que rivaliza com a que subjaz aos direitos humanos e muitas vezes a contradiz. Como referi acima, as concepções e práticas convencionais ou hegemônicas dos direitos humanos não são capazes de enfrentar esses desafios nem sequer imaginam que seja necessário fazê-lo. Só uma concepção contra-hegemônica de direitos humanos pode estar à altura dos desafios, como procurarei demonstrar ao longo deste livro (SANTOS, 2014, p. 29-30).

Nota-se a possibilidade de detecção de distintas formas de teologias políticas, aquelas legitimadoras de violências que, com frequência, se opõem a um discurso que valoriza os direitos humanos, e outras teologias políticas que operam numa lógica diametralmente inversa de valorização dos direitos humanos e dos valores democráticos. Nesse contexto, Santos (2014, p. 32) explicita a tensão entre duas globalizações, a hegemônica e a contra-hegemônica. A primeira estaria ligada ao domínio da lógica de mercado – colonialista, a segunda teria uma perspectiva *a partir de baixo*, de resistência à globalização hegemônica. Essa oposição entre hegemônico e contra-hegemônico é assim explicada pelo autor:

Para os objetivos analíticos deste livro, considero ser hegemônica, no nosso tempo, uma rede multifacetada de relações econômicas, sociais, políticas, culturais e epistemológicas desiguais baseadas nas interações entre três estruturas principais de poder e dominação – capitalismo, colonialismo e patriarcado – que definem a sua legitimidade (ou dissimulam a sua ilegitimidade) em termos do entendimento liberal do primado do direito, democracia e direitos humanos, vistos como a personificação dos ideais de uma boa sociedade. Paralelamente, considero ser contra-hegemônica a mobilização social e política que se traduz em lutas, movimentos ou iniciativas, tendo por objetivo eliminar ou reduzir relações desiguais de poder e transformá-las em relações de autoridade partilhada, recorrendo, para isso, a discursos e práticas que são inteligíveis transnacionalmente mediante tradução intercultural e articulação de ações coletivas (SANTOS, 2014, p. 34-35).

Ainda um terceiro integrante desta equação é o que o autor denomina de *não hegemônico*. O não hegemônico corresponde àquela postura que quer a substituição da hegemonia, mas por outra forma de dominação hegemônica, exemplifica isso a tentativa de implantação de um Estado religioso que pudesse substituir o Estado democrático (SANTOS, 2014, p. 35-36).

Uma distinção importante em seu intento é que o autor não busca tratar “[...] da experiência religiosa dos indivíduos ou das comunidades, mas do modo como ela é concebida pelos agentes religiosos e suas instituições”. Teologia política, para ele, são “[...] os diferentes modos de conceber a intervenção da religião, como mensagem divina, na organização social e política da sociedade” (SANTOS, 2014, p. 38). Isto é, “de uma forma mais ou menos radical, todas as teologias políticas questionam a distinção moderna entre o público e o privado e reivindicam a intervenção da religião na esfera pública” (SANTOS, 2014, p. 39).

Santos identifica as distintas teologias políticas com base em características como pluralismo e progressismo de um lado e fundamentalismo e tradicionalismo de outro. As quais, para ele, estariam presentes tanto no islamismo como no cristianismo, mas com variações (SANTOS, 2014, p. 40). O primeiro contraponto que estabelece é entre as teologias pluralistas e as fundamentalistas, esclarecendo o seguinte:

Utilizarei, pois, os termos “fundamentalismos” e “fundamentalista” para me referir a teologias – cristãs e islâmicas – de acordo com as quais a revelação é concebida como o princípio estruturante de organização da sociedade em todas as suas dimensões. Em ambos os casos, a

revelação está normalmente ligada ao escrituralismo, o que significa que a organização da vida social e política deve seguir a interpretação literal dos livros sagrados sempre que estes existam. Segundo as teologias fundamentalistas, a revelação é o discurso divino eterno, incriado e, como tal, a interpretação humana não pode ser mais que uma redução sacrílega (SANTOS, 2014, p. 42).

Os fundamentalismos, portanto, são caracterizados por uma visão estrita daquilo que denominam de revelação, a qual possui caráter exclusivo e está relacionada a uma fonte escrita a ser interpretada de maneira literal. A tentativa de imposição pública de agendas religiosas é também identificada por Barros (2019, p. 317), ao que ele denomina de “posicionamento teológico-político exclusivista”.

Por outro lado, a assim chamada revelação é concebida pelas teologias pluralistas em seu desenvolvimento histórico e diante do reconhecimento da autonomia da sociedade. Essas teologias “gerem a tensão entre a razão e a revelação procurando um equilíbrio entre ambas”. Como resultado, “[...] as teologias pluralistas apontam para uma concepção humanista da religião” (SANTOS, 2014, p. 42).

Outra importante característica presente em movimentos fundamentalistas é sua amálgama com o capitalismo e decorrente *contextualização*<sup>8</sup>:

De fato, impressiona a facilidade com que os diferentes fundamentalismos, ao mesmo tempo que procuram manter a identidade das respectivas comunidades religiosas, galgam fronteiras institucionais e culturais e reproduzem com êxito práticas e rituais nos mais diversos contextos. São, de fato, um movimento transnacional que utiliza com grande eficácia todas as tecnologias de organização, comunicação, formação e comercialização que o capitalismo global tem vindo a desenvolver (SANTOS, 2014, p. 45-46).

O segundo contraponto que o autor desenvolve é entre teologias tradicionalistas e progressistas<sup>9</sup>. Em resumo, as teologias tradicionalistas estão em busca de um lugar seguro no passado, de hegemonia religiosa, sendo essa hegemonia também decisiva para a construção política da sociedade (SANTOS, 2014, p. 47)<sup>10</sup>. Desse modo, a distinção feita pelas teologias progressistas entre a religião dos opressores e a religião dos oprimidos perde o efeito, pois o estado hegemônico e de dominação da religião é sempre o espaço esperado pelos tradicionalistas. Este formato de religiosidade “[...] é considerado o padrão de experiência religiosa legítima, ao mesmo tempo que a religião dos oprimidos é estigmatizada ou ignorada”. Por outro lado, justamente por considerarem o sofrimento dos oprimidos, as teologias progressistas também “[...] criticam severamente a religião institucional como sendo a religião dos opressores”. Nesse sentido, “uma vez que, segundo eles, não é legítimo

---

<sup>8</sup> Grifamos o termo em virtude do consagrado convite à contextualização feito por teologias de libertação que assumiram essa tarefa no reconhecimento da legitimidade de lutas diversas decorrendo daí pensamentos teológicos como o negro, feminista, *queer*, indígena. Contudo, parece importante notar que acontece também um modo de *contextualização* em teologias aqui caracterizadas como fundamentalistas e tradicionalistas. Sua contextualização, contudo, como aponta Santos, se encontra nessa relação profunda com o sistema de mercado. Sobre este aspecto ver a análise de von Sinner (2018, p. 217-236) acerca da teologia da prosperidade.

<sup>9</sup> Em seu texto, Santos estabelece como exemplos de teologias progressistas as teologias da libertação e as teologias pós-coloniais.

<sup>10</sup> De modo semelhante, Agenor Brighenti identifica modos de reação ao Concílio Vaticano II com base nas críticas existentes à modernidade. Relaciona, portanto, antimodernidade e antivaticanicidade enquanto movimentos que negam o fenômeno, seja a modernidade ou o Concílio, em busca de um lugar anterior, pré-moderno, mais rígido e seguro (cf. BRIGHENTI, 2004, p. 47-48, 54-56).

separar a análise da religião da análise das relações de produção, a religião dos opressores é, na modernidade ocidental, uma ‘religião do capitalismo’” (SANTOS, 2014, p. 48).

A presença pública das teologias progressistas, portanto, acontece na busca do potencial de libertação da religião. Outra distinção é que nas teologias tradicionalistas há uma ênfase no indivíduo que contrasta com uma perspectiva mais solidária da vida – aspecto característico de teologias progressistas (SANTOS, 2014, p. 51). Ainda sobre essas teologias o autor afirma que:

As teologias cristãs progressistas insistem sobretudo na história do movimento sociológico gerado por Jesus. Segundo elas, este movimento mostra que a religião não emerge do domínio privado. Para o bem e para o mal, a religião nunca abandonou o domínio público: para o mal, porque funcionou como um elemento essencial na legitimação da ordem colonial; para o bem, porque foi sempre uma fonte de inspiração para os grupos sociais e movimentos que lutaram contra a injustiça e a opressão ao longo da história (SANTOS, 2014, p. 51-52).

Por fim, o autor ainda detecta nessa corrente teológica “[...] um forte potencial contra-hegemônico”. Pois, “ao reconhecer a relativa autonomia do espaço secular e ao fazer um julgamento crítico das injustiças que nele ocorrem, a religião dos oprimidos pode ser uma fonte de articulação entre os movimentos religiosos e seculares que lutam por uma sociedade mais justa e mais digna” (SANTOS, 2014, p. 53-54).

Para uma teologia pública, em sua abordagem crítico-analítica e crítico-propositiva, cabe conhecer os distintos modelos teológicos presentes no espaço público, compreender a extensão de suas incidências e a repercussão concreta que produzem na vida das pessoas, bem como construir narrativas alternativas àquelas legitimadoras de violências.

## A tematização da política nos estudos em teologia pública<sup>11</sup>

A presente pesquisa é um recorte de um mapeamento mais amplo sobre os estudos em teologia pública, dentro do qual se percebe a tematização da política como recorrente<sup>12</sup>. Com efeito, nota-se que tal relação não deveria ficar de fora, uma vez que a política é tema que não pode ser negligenciado na tentativa de análise da esfera pública.

É importante indicar que toda tentativa atual de se relacionar teologia e política se inscreve numa longa tradição de pensamento. A *polis* como tema da teologia, ou ainda, o teólogo na constituição da *polis* são abordagens de longa data. Fiorenza (2012, p. 148-150) identifica sua origem na filosofia estoica e em sua tripartite noção de teologia como mítica, natural e política, indicando como fontes primárias Panécio (185-109 a.C.) e Varrão (116-27 a.C.). No contexto latino-americano, a teologia política cristã possuiu notáveis desdobramentos nas teologias de libertação, sendo que alguns movimentos de teologia pública se inscrevem como possíveis herdeiros desta tradição. Os textos mapeados, por sua vez, também sustentam a argumentação da factualidade da incidência

<sup>11</sup> Para este tópico nos utilizamos de modo livre e com alterações de partes de texto publicado no formato de *anais* sob o título *Política e teologia pública: aspectos da relação entre religião e espaço público* (ZEFERINO, 2018, p. 23-27).

<sup>12</sup> Entre as palavras-chave detectadas no referido mapeamento, destacam-se: mensalão/petrolão (BAKKER, 2016, p. 820-843); participação política (DEIFELT, 2010, p. 108-114); política (ADOGAME, 2016, p. 415-438); religião e política/religião politizada (CALDAS, C; 2015, p. 17-40; FONSECA, 2007, p. 149-185; MOREIRA, 2014, p. 12-42; RIBEIRO, 2017; SOUZA, 2015, p. 68-92); responsabilidade política (BEDFORD-STROHM, 2014, p. 84-98); teologia política (ROSA, 2016a, p. 1210-1229; 2016b, p. 127-142; SENGER, 2012, p. 759-773); teoria política (JACOBSEN, 2015). Estes termos, bem como os textos que os utilizam denotam uma relação entre teologia e política e, com isso, a incidência de uma na outra.



política/pública das religiões, isto é, as pesquisas acerca da relação entre religião e espaço público são atuais, pertinentes e auxiliam a pensar a própria sociedade brasileira como um todo, inclusive em virtude da pluralidade de saberes que tem se ocupado com essa discussão<sup>13</sup>.

Neste momento, nossa abordagem se atém aos textos mapeados que foram catalogados com as palavras-chave *religião e política/religião politizada*. Esse recorte permite ver a pluralidade de modos de aproximação da relação entre religião e política; dialoga, mesmo que tangencialmente, com o campo de estudos em teologia pública; e apresenta aspectos comuns que servem de referência para desdobramentos posteriores.

O teólogo presbiteriano Carlos Caldas (2015, p. 17-40), no texto *Religião e política em Dietrich Bonhoeffer*, trata de afirmar uma intensa coerência entre vida e obra no teólogo alemão. O autor destaca o envolvimento de Bonhoeffer na resistência ao nazismo, por meio de sua participação na Igreja Confessante e na conspiração direta contra Hitler, que o levou ao campo de concentração e, posteriormente, ao martírio. O autor se ocupa em demonstrar que as obras de Bonhoeffer sobre ética, espiritualidade e vida comunitária estão diretamente ligadas aos contextos histórico-políticos que o teólogo vivenciou. Por fim, chega a afirmar que Bonhoeffer poderia ser compreendido como um caso de teologia pública.

O texto *“Deus está do nosso lado”: Excepcionalismo e Religião nos EUA*, do diplomata Carlos da Fonseca (2007, p. 149-185), versa sobre a política norte-americana e sobre os aspectos religiosos da noção de *excepcionalismo*, a partir do qual os Estados Unidos da América se compreendem com um papel excepcional/extraordinário de protagonista no mundo. O autor identifica uma teologia pública nos discursos de presidentes estadunidenses que está ligada à necessidade de comunicação com um eleitorado conservador religioso, contando, inclusive, com imagens bíblicas identificadas com a nação. Esse sentimento messiânico vai se consolidando, no século XVIII na construção de uma teologia pública nacional como religião civil, possuindo a Declaração da Independência como seu documento fundador.

Alberto da Silva Moreira (2014, p. 12-42), em seu texto *Religião politizada contra violência institucionalizada: Teologia da Libertação no imaginário religioso mundial*, apresenta a Teologia da Libertação como reação ao que chama de violências institucionalizadas como as questões de pobreza, desigualdade social e preconceitos. Em seu resumo, afirma o seguinte: “Neste imaginário um aspecto da TdL que sobressai é justamente este: uma fé religiosa que assume responsabilidade política diante das formas estruturais de violência”. Desse modo, “tal imaginário, mesmo se aparentemente intangível, influencia as práticas e o próprio horizonte da percepção da realidade, na religião e na política” (MOREIRA, 2014, p. 12). Com isso, destaca a Teologia da Libertação como pensamento sistematizado e programático na relação entre religião e política. Além disso, diante da necessidade de diálogo da teologia com a razão secular, evidencia o surgimento da teologia pública, afirmando o seguinte:

Uma teologia pública libertadora, apesar de não ser uma Teologia da Libertação em senso estrito, pode estar ligada a ela por muitos aspectos: por um ideário de justiça social, uma pedagogia de formação para a cidadania e a corresponsabilidade social, pela biografia de seus proponentes e às vezes pelo próprio espaço e relevância conquistados historicamente pela Teologia da Libertação (MOREIRA, 2014, p. 30).

O autor, portanto, percebe características bastante marcantes no contexto dos estudos em teologia pública, a saber, a exigência de um discurso teológico adequado às demandas públicas de uma razão dialógica e a pertinência de uma teologia política cristã crítica e em relação com o compromisso

---

<sup>13</sup> Exemplifica a qualidade dos trabalhos sobre religião e espaço público elaborados no campo das ciências sociais, a pesquisa da antropóloga Paula Montero (cf. MONTERO, 2012).



latino-americano de libertação daqueles e daquelas que mais sofrem, bem como com a denúncia das estruturas de violência e injustiça.

Em *Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben*, texto publicado nos *Cadernos Teologia Pública*, Claudio de Oliveira Ribeiro (2017, p. 3-15) trata das noções de *estado de exceção* e *vida nua*, do referido filósofo italiano, para pensar contextos políticos hodiernos. O autor conclui que o que resta é a tentativa de profanação de estruturas políticas e jurídicas que se consolidaram como produtoras de violência.

Sandra Duarte de Souza (2015, p. 68-92), em *Secularização, laicidade e espaço público: uma conversa sobre gênero, religião e política no Brasil contemporâneo*<sup>14</sup>, trata da incidência pública da religião no espaço público e político. O texto conclui com uma alarmante indagação:

A discussão da laicidade no Brasil demanda não somente perguntar pelo lugar da religião na sociedade, por seus espaços de atuação e pela plausibilidade de suas ações. Também não basta identificar a relação entre o nível de secularização da sociedade e a maior ou menor incidência da religião sobre os sujeitos sociais. Há algo pouco discutido nesse debate, e tem a ver com a ação política de grupos religiosos hegemônicos no processo de definição das fronteiras do público, deixando “de fora” as mulheres, não importa se católicas, evangélicas, de outras religiões ou sem religião. Na disputa pela legitimidade política da afirmação de sentidos, hegemônicos ou contra-hegemônicos, a religião tem larga vantagem em relação às mulheres, religiosas ou não (SOUZA, 2015, p. 89-90).

Das apresentações dos textos de Caldas, Fonseca, Moreira, Ribeiro e Souza, percebe-se uma ampla variedade de temáticas tratadas dentro do âmbito da relação entre *religião e política*. Com efeito, isso reforça a polissemia característica dos estudos na área. Contudo, notam-se continuidades na identificação de posturas totalizantes ligadas à religião no espaço público. Seja num contexto de cristãos alemães que apoiam o regime nazista, numa visão teológica excepcionalista estadunidense, na luta contra violências institucionalizadas, na necessidade de profanação dessas estruturas e na detecção da atuação de grupos religiosos hegemônicos no espaço público, há sempre a detecção de uma perspectiva totalizante da religião que, não por último, opera de modo a homogeneizar normas e contextos, fechando-se à pluralidade, e legitimando a concentração de poder em instituições historicamente hegemônicas (no sentido exposto por Boaventura de Sousa Santos).

## Considerações finais

Há teologias políticas que sustentam violências institucionalizadas e há teologias políticas críticas que denunciam essas injustiças. Essa afirmação condensa a tipologia proposta por Santos. Essa contraposição, por sua vez, é corroborada pelo recorte bibliográfico apresentado na parte anterior deste trabalho na percepção de um pano de fundo totalizante de determinados modelos teológicos exclusivistas cristãos, mas também na indicação de que existem teologias engajadas com as lutas das pessoas que mais sofrem.

---

<sup>14</sup> Texto publicado em obra oriunda de Congresso da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER) dedicado ao tema religião e espaço público, incluído em nosso mapeamento em virtude da familiaridade temática. Mesmo assim, não se pode dizer que a colaboração de Souza se inscreva no contexto dos estudos em teologia pública. Entretanto, sua abordagem é pertinente no recorte de discussão ensejado pelo presente trabalho. Com efeito, dos autores abordados nesse tópico se pode dizer que apenas Caldas possui produção que se inscreve numa gramática de teologia pública.

A análise da relação entre religião e espaço público solicita uma abordagem ampliada, em que os estudos da religião atuem de modo complementar. Neste texto, refletiu-se acerca de convergências possíveis entre teologia política e teologia pública. Além disso, também se percebem oportunidades para pesquisas futuras. Gostaríamos de indicar que assim como na teologia política em que há aquelas construções que se dedicam à análise das estruturas teológicas do político, e aquelas que se configuram enquanto teologias políticas críticas e propositivas, em geral sendo construídas a partir de uma tradição teológica específica, assim também nos estudos em teologia pública há a possibilidade de que se desenvolvam teologias públicas crítico-propositivas, como é o caso da teologia da cidadania (cf. SINNER, 2012), e se podem desenvolver pesquisas acerca da detecção das teologias públicas conectadas com as bases teológicas da coisa política, além de poderem se construir como críticas dos discursos teológicos presentes no espaço público.

Com efeito, as pesquisas analíticas em teologia política estudam a construção das instituições que compõem o espaço público, detectam os mecanismos dessas teologias políticas e como elas sustentam modelos hegemônicos. Entretanto, nem sempre essa estrutura é publicizada por quem está no poder. Porém, ao serem explicitadas, pode-se dizer que se transformam numa espécie de teologia pública. Contudo, essa publicização por parte dos governantes não deve ser vista como um desvelamento dos mecanismos teológico-políticos, mas na transformação em discurso da legitimação dessas estruturas, podendo ser desenvolvida, inclusive, dentro de uma racionalidade messiânica.

Além dessa análise político-governamental, há também outros níveis sociais a serem investigados em que as próprias justificativas teológicas desenvolvidas no cotidiano de pessoas ordinárias podem se tornar objeto de interesse. Além disso, há que se considerar, em distintos âmbitos, a presença de discursos teológicos atrelados às demandas públicas que variam entre posições mais afeitas à promoção dos direitos humanos, e outros que tentam impor convicções religiosas em detrimento do bem comum. Diante disso, uma das funções de uma teologia pública analítica é investigar os discursos teológicos presentes no espaço público, detectando suas incongruências, denunciando suas agendas e, teologicamente, publicizando seus mecanismos de dominação, bem como, na medida do possível, contrapondo-as teologicamente na tarefa profética de apoio àqueles e àquelas que mais sofrem em virtude de discursos totalizantes e legitimadores de violências.

Em resumo, o que se propõe é uma teologia pública que – arraigada numa tradição profético-sapiencial-libertadora e em diálogo com outros saberes que se dedicam à investigação do campo religioso e sua incidência política – se movimenta entre dois polos: um crítico-analítico que estuda os discursos teológicos presentes no espaço público e que, não raro, servem de legitimação de poderes hegemônico-coloniais; e outro crítico-propositivo que assuma uma dupla tarefa, combativa e construtiva, de oposição a modelos teológico-político-exclusivistas; e de resgate e imaginação de narrativas teológicas outras que são desenvolvidas desde uma profunda sensibilidade aos sofrimentos vividos em realidades bem concretas.

## Referências

- ADOGAME, A. “Na Europa não importa quem você é”: cristianismos da diáspora africana, a política ética de aniquilamento de corpos e a imigração indesejada na fortaleza Europeia. *in* BARRETO Jr., R.; CAVALCANTE, R.; ROSA, W. (Orgs.). **Cristianismo Mundial como religião pública**. Vitória: UNIDA, 2016, p. 415-438.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BAKKER, N. O “Mensalão/Petrolão” e a Teologia Pública no Brasil. **REB**, Petrópolis, v. 76, n. 304, p. 820-843, out./dez., 2016.
- BARROS, D. Atuação teológico-política exclusivista: confrontos em torno de direitos e religião no Brasil contemporâneo. *in* BRIONES SOTO, B.; BUTENDIECK HIJERRA, S.; CAU, C. MOSÁLEZ OPAZO, A. (Orgs.). **Breviario multidisciplinario sobre el fenómeno religioso**. Buenos Aires: CLACSO, 2019, p. 310-326.
- BEDFORD-STROHM, H. Teologia Pública e Responsabilidade Política. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 54, n. 1, p. 84-98, jan./jun., 2014.
- BRIGHENTI, A. **A Igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CALDAS, C. Religião e política em Dietrich Bonhoeffer. **Inter-Legere**, Natal, n. 17, p. 17-40, ago./dez., 2015.
- CAMPOS, B. O fundamentalismo como limite à relativização no campo religioso. *in* OLIVEIRA, K.; REBLIN, I.; SCHAPER, V.; GROSS, E.; WESTHELLE, V. (Orgs.). **Religião, política, poder e cultura na América Latina**. São Leopoldo: EST, 2012, p. 325-335.
- CASTRO, C. A cidadania como espaço de liberdade e ação no mundo público. *in* CASTRO, C. **Por uma fé cidadã: a dimensão pública da igreja**. Fundamentos para uma pastoral da cidadania. São Paulo/São Bernardo do Campo: Edições Loyola/Universidade Metodista de São Paulo, 2000, p. 37-73.
- DEIFELT, W. Advocacy, Political Participation, and Citizenship: Lutheran Contributions to Public Theology. **Dialog: A Journal of Theology**, v. 49, n. 2, p. 108-114, Summer, 2010.
- DICKINSON, C. Ser e agir, o Reino e a glória: a oikonomia trinitária e a bipolaridade da máquina governamental. **Cadernos Teologia Pública**, São Leopoldo, v. 14, n. 122, 2017. 28p.
- FIORENZA, F. Political Theology as Foundational Theology. **Proceedings of the Catholic Theological Society of America**, 32, 2012. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ctsa/article/view/2881>. Acesso 22 abr., 2020.
- FONSECA, C. “Deus está do nosso lado”: Excepcionalismo e Religião nos EUA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 149-185, jan./jun., 2007.
- GALLI FILHO, V. **Diaconia, princípios na vida cristã pessoal e pública**. Dissertação (mestrado). São Leopoldo: EST/PPG, 2016.

- GASDA, E. A laicidade ameaçada: política, religião e teologia. *in* ROSSI, L.; JUNQUEIRA, S. (Orgs.). **Religião, Direitos Humanos e Laicidade**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015, p. 39-57.
- GIBELLINI, R. Teologia política. *in* GIBELLINI, R. **A teologia do século XX**. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 301-321.
- GONÇALVES, A. Esperança no Reino de Deus: Moltmann e a Teologia Pública. *in* GONÇALVES, A. **Jürgen Moltmann e a Teologia Pública no Brasil: esperança no reino de Deus como contribuição teológica no espaço público**. São Paulo: Garimpo Editorial, 2017, p. 69-100.
- JACOBSEN, E. **Teologia e teoria política: aproximações críticas entre correntes da teologia contemporânea e o pensamento político de Jürgen Habermas**. Tese (doutorado). São Leopoldo: EST/PPG, 2015.
- MONTERO, P. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.
- MOREIRA, A. Religião politizada contra violência institucionalizada: Teologia da Libertação no imaginário religioso mundial. **Horizonte**, v. 12, n. 33, p. 12-42, jan./mar., 2014.
- PASSOS, J. Teologia na universidade: coisa eclesial ou coisa pública? **REVER**, v. 16, n. 1, p. 80-93, 2016.
- RIBEIRO, C. Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben. **Cadernos Teologia Pública**, São Leopoldo, v. 14, n. 125, 2017. 24p.
- ROSA, R. A nova cidadania do cristianismo: da tutela à imersão. Uma hermenêutica antropológico-pastoral. **Estudos de Religião**, v. 21, n. 32, p. 77-95, jan./jun., 2007.
- ROSA, W. Teologia Política em Martinho Lutero. **Horizonte**, v. 14, n. 44, p. 1210-1229, out./dez., 2016.
- ROSA, W. Teologia Social e Política nos Anabatistas. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p. 127-142, mai./ago., 2016.
- SANTOS, B. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.
- SENGER, D. Teologia Política: tecendo um panorama desde Carl Schmitt, Johan Baptist Metz e Jürgen Moltmann. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**, São Leopoldo, v. 1, p. 759-773, 2012.
- SINNER, R. **Teologia pública num Estado laico: ensaios e análises**. São Leopoldo: Sinodal, 2018.
- SINNER, R. **The Churches and Democracy in Brazil: Towards a Public Theology Focused on Citizenship**. Eugene: Wipf & Stock, 2012.
- SOUZA, S. Secularização, laicidade e espaço público: uma conversa sobre gênero, religião e política no Brasil contemporâneo. *in* VITÓRIO J.; BUROCCHI, A. (Orgs.). **Religião e espaço público: cenários contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2015, p. 68-92.
- ZEFERINO, J. Estudos sobre teologia pública no contexto brasileiro: aspectos de um campo de pesquisa em construção. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 36, p. 151-166, jan./abr., 2020.

ZEFERINO, J. **Karl Barth e teologia pública**: contribuições ao discurso teológico público na relação entre clássicos teológicos e *res publica* no horizonte da teologia da cidadania. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.

ZEFERINO, J. Política e teologia pública: aspectos da relação entre religião e espaço público. *in* KIRCHNER, R.; BARROS, D.; BARSALINI, G. (Orgs.). **Anais do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Campinas**, v. 1, n. 1, p. 23-27, 2018.

Recebido em 31/05/2020

Aceito em 06/08/2020

*Received 05/31/2020*

*Approved 08/06/2020*